

“Todos nós somos políticos”

Percepções sobre a política e seus tempos nas periferias de São Paulo

*Gilberto Geribola Moreno*¹

Este artigo apresenta uma reflexão sobre a experiência política de militantes de associações de bairro das periferias da cidade de São Paulo. Discute-se, em um primeiro momento, uma noção de política articulando-a à perspectiva de uma etnografia da vida associativa. Em seguida, baseado em dados de uma pesquisa etnográfica multi localizada, apresenta-se os dados da pesquisa acerca das percepções nativas sobre a política e seus diferentes tempos. A etnografia permite apontar uma compreensão nativa do universo político segmentado em diferentes temporalidades. Essas temporalidades da política não são fenômenos excludentes, mas, pelo contrário, diferentes momentos do universo da política que se relacionam através do processo de diferenciação e integração presentes nas ações coletivas desenvolvidas pelos atores nos espaços associativos pesquisados pelo autor.

Palavras chave: política, etnografia, vida associativa, periferia.

1 Doutor em Sociologia da Educação, pela Universidade de São Paulo. Pesquisador do Núcleo de Antropologia Urbana-USP. e-mail: geribolamoreno@mail.com

"We are all political beings"

Perceptions about politics and its time frames in the outskirts of Sao Paulo

Abstract

This article focuses on the political experience of militant neighborhood associations in the periphery areas of São Paulo. At first, we discuss about a political notion and link it to the prospect of an ethnography of associational life. Then, based on data from a multisited ethnographic research, we present the data from the research on the native perceptions of politics and its different periods. Ethnography allows us to point to a native understanding of the political universe segmented in different time frames. These temporalities in politics are not mutually exclusive phenomena, but rather, different moments within the political universe that relate through the process of differentiation and integration present in the collective actions taken by the actors in the associative areas surveyed by the author.

Keywords: politics, ethnography, associative life, periphery areas.

Introdução

Entre os anos de 2010 e 2014 dediquei-me a pesquisar alguns espaços associativos nas periferias da cidade de São Paulo². Este trabalho tinha como objetivo inicial pesquisar as possíveis linhas de continuidade ou ruptura nas dinâmicas da ação coletiva desenvolvidas pelos membros de algumas associações de moradores da periferia da cidade de São Paulo. Com esse intuito selecionei cinco espaços associativos abordando-os desde uma perspectiva etnográfica multi localizada de pesquisa.

² Trata-se de minha pesquisa de doutorado defendida na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo cujo título é: "Tudo que a gente faz na quebrada é política": vida associativa nas bordas da cidade. A pesquisa contou com apoio financeiro do CNPq.

Durante minha pesquisa de campo, ouvi de um entrevistado a frase “tudo que a gente faz na *quebrada* é política”. Esta frase, em um primeiro momento, parecia sinalizar uma compreensão nativa sobre a política. A frase também apontava um entendimento de que a palavra política poderia se referir a um conjunto de ações cuja dimensão estaria além das práticas sociais comumente compreendidas como pertencentes ao universo político. E, no mesmo sentido, parecia indicar que a política do ponto de vista nativo se daria em uma diversidade de espaços menos usuais para seu exercício. A expressão indicava que a prática política era algo com certa capilaridade, não se restringindo aos espaços institucionais e àqueles lugares tradicionais da política: partidos e sindicatos.

Quando intensifiquei a pesquisa de campo e passei a frequentar diferentes espaços associativos muito rapidamente deparei com outros atores utilizando o termo “política” ou “fazer política” com o sentido de um conjunto de ações dos cidadãos voltado para o âmbito do poder executivo ou legislativo com vistas ao encaminhamento de reivindicações. Outro sentido para esses termos fazia referência às ações que se desenvolvem no dia a dia cujas dimensões comportam diferentes dimensões, espaços e tempos compreendidos como inerentes à atividade política, segundo a perspectiva nativa. Nestas manifestações o Estado aparecia, também, como uma instituição cuja ação visaria normatizar e ordenar a vida social nas periferias por meio de seus diferentes agentes, mas, sobretudo, pela presença da polícia. “O Estado pra gente é ausente. Porque os políticos cuidam é da área deles. Na quebrada é tudo precário, a saúde, a educação, o transporte. Menos a polícia. Se você der um rolê na quebrada rapidinho você vai ver a polícia zuando o pessoal” (MAURO³, 24/AML)⁴.

3 Os nomes de pessoas e associações foram substituídos para garantir-lhes o anonimato.

4 A pesquisa foi realizada em cinco espaços associativos localizados nas periferias da cidade de São Paulo. Esses espaços são os seguintes: Sociedade São José Operário (SSJO), ligada às Comunidades Eclesiais de Base; Associação Mulheres na Luta (AML) originária das lutas por creches nas periferias da idade; Associação Vila Conceição (AVC) ligada

Política

O universo da política é composto por um conjunto de relações sociais que se desenvolvem no âmbito das esferas propriamente institucionais da política, por exemplo, os partidos e sindicatos, e, também, naqueles espaços associativos organizados sobre o território voltados à ação coletiva ou com a finalidade de participação na esfera pública da vida. Assim, entendendo a política nessa acepção, pretendo abordar o conjunto de ações e práticas que compõem a vida associativa à luz da perspectiva de uma antropologia da política, voltando-me para a compreensão dos próprios agentes acerca de sua participação no universo da política. Contudo, parece-me razoável apresentar alguns pressupostos baseados na filosofia política no intuito de definir uma compreensão norteadora sobre o fenômeno político.

Tomo como ponto de partida para a definição da política a noção desenvolvida por Arendt (2007) segundo a qual “a política surge no *entre-os-homens*; portanto, totalmente *fora* dos homens” (p. 23), o que equivale a dizer que a política não é um fenômeno ontológico e constitutivo de uma essência dos homens. Segundo a autora, “a política surge no intra-espaço e se estabelece como relação” (p. 23), portanto, é compreendida como a ação dos homens entre os homens e, nesse sentido, deve ser entendida como a ação que se realiza no espaço público e, sobretudo, a partir do uso da palavra cujo sentido é amplo por ser expressa na esfera pública da vida e não na dimensão privada da existência. Entendo que para a autora a política é percebida como uma atividade para além da esfera do Estado e suas instituições, ou seja, a política não é apenas a disputa pelo poder, mas desenvolve-se nas ações e interações que os ho-

ao samba e ao futebol de várzea; Sarau do Alfredo (SA), encontro de poetas e artistas e Associação Unidos da Vila Zita (AUVZ), vinculada a um parlamentar. Quando forem apresentados os depoimentos ao longo do texto os atores estarão identificados, quanto ao pertencimento, pela sigla de sua associação.

mens estabelecem entre si na esfera pública devotada ao bem comum. A capacidade dos homens de atuarem politicamente e expressarem suas ações em palavras (ARENDDT, 1987; 2007) pode redundar na manifestação – em atos e palavras – de sua ação reflexiva sobre o mundo.

O termo política, em outra vertente de pensamento, segundo Negt & Kluge (1999, p. 37) não remete apenas a uma atividade profissional específica, mas a elementos presentes em cada relação da vida. Esse elemento comporta diferentes dimensões que ganham impulso político à medida que sofrem processos de generalização e adquirem capacidade de expressão pública. A essa capacidade vem se somar o reconhecimento da ação que ultrapassa determinada situação e ganha dimensão supra individual. Segundo os autores “não basta apenas ter necessidades. É preciso expressá-las verbalmente, a fim de que a simples carência se transforme em direito”. Nesse ato expressivo e reflexivo os homens podem propor o inesperado, o inusitado, o dissenso. A imprevisibilidade da ação humana no campo da política seria o elemento que faz da política o momento de criação, da inventividade sobre a ordem social.

Estabeleço essa perspectiva a partir de Rancière (1995) cujos trabalhos preconizam que o campo da política seja compreendido como o espaço do dissenso, da proposição inesperada, o espaço da pergunta desconcertante que introduz um desequilíbrio nas relações constituídas na esfera pública da vida.

É isso que eu chamo de dissenso: não um conflito de pontos de vista nem mesmo um conflito pelo reconhecimento, mas um conflito sobre a constituição mesma do mundo comum, sobre o que nele se vê e se ouve, sobre os títulos dos que nele falam para ser ouvidos e sobre a visibilidade dos objetos que nele são designados. O dissenso não é a guerra de todos contra todos. Ele dá ensejo a situações de conflito ordenadas, a situações de discussão e de argumentação (p. 374).

As esferas do campo institucional dos poderes constituídos tradicionalmente denominadas como campo da política, Rancière irá definir como política, pois é compreendido como o espaço social no qual as distinções estão subsumidas pelas lógicas agregadoras e de distribuição dos lugares e dos poderes.

Chamamos geralmente pelo nome de política o conjunto dos processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição. Proponho dar outro nome a essa distribuição e ao sistema dessas legitimações. Proponho chamá-la de política (idem p. 41).

Ao assumir a esfera pública da vida como o campo no qual se desenvolve a política, essa perspectiva aponta para as diferentes formas de ação coletiva que podem contribuir para a transformação ou configuração do cenário no qual atuam os atores sociais. Permite uma visada sobre o cotidiano das ações coletivas e sua compreensão a partir das lógicas que mobilizam os atores na *partilha* dos espaços comuns: território, cultura, memória, política. Estes espaços compõem aquilo que Rancière denomina o *sensível*, os espaços sociais compartilhados, que possibilitam a existência de um mundo comum. O autor estabelece uma relação dialética indicando que o momento que se partilha o sensível e o mesmo momento em que se criam os espaços de partilha. A *partilha do sensível* é, portanto, o momento no qual se estabelece a vida comum e a percepção de um mundo partilhado no qual se definem os espaços, os tempos e a participação na partilha.

Denomino partilha do sensível o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa, portanto, ao mesmo tempo, um comum partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividades que determina

propriamente a maneira como um comum se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha (RANCIÈRE, 2005, p. 15).

A partilha constitui o comum e ao mesmo tempo estabelece recortes e partes exclusivas. Para Rancière, a política pode ser compreendida como esse momento de partilha por meio do qual se desenvolvem os efeitos de subjetivação no sentido de uma singularização do sujeito, mas não como uma individualidade à parte, e sim como um processo que se opera em relação a “um outro”. Rancière (1998) indaga: O que é um processo de subjetivação? É a formação de um *um* que não é um eu, mas a relação de um eu a um outro (p. 118).⁵

Em sentido próximo, Deleuze (1992, p. 188) estabelece que

os processos de subjetivação nada têm a ver com “a vida privada”, mas designam a operação pela qual indivíduos ou comunidades se constituem como sujeitos, à margem dos saberes constituídos e dos poderes estabelecidos, podendo dar lugar a novos saberes e poderes.

Essa concepção da política e da subjetivação está relacionada ao conceito de *devoir* elaborado por Deleuze e Guatari cujo cerne é a concepção de uma *economia do desejo*. Dizer que a política está na ordem do *devoir* significa afirmar que a política é processual, desenvolve-se em diferentes velocidades, múltiplas direções e distintos contextos. A política, nessa ótica, não é apenas algo que se estabeleça apenas em relações formais nem tampouco puramente substanciais, mas está presente nas teias de relações compartilhadas pelos atores no campo do sensível. Para usar um

5 O termo *soi* pode ser traduzido por *ego*. Preferi o pronome eu por me parecer mais apropriado ao conjunto do texto. “Qu’est-ce qu’un processus de subjectivation? C’est la formation d’un un qui n’est pas un soi mais la relation d’un soi à un autre” (RANCIÈRE, 1998, p. 118).

termo caro à antropologia contemporânea eu diria que se trata de estabelecer a política ou a vida social como processos intersubjetivos definidos pela noção de socialidade.

Ao assumir essa perspectiva entende-se que a *partilha do sensível* é algo dado no imediato das relações intersubjetivas. Uma abordagem baseada nas relações intersubjetivas ou na noção de socialidade recusa concepções essencialistas e ontológicas, seja da sociedade ou da política. Nessa perspectiva, a ação coletiva dos membros das associações da periferia deve ser abordada como constituinte dos espaços associativos, como lugares de elaboração de subjetividades políticas, sejam elas individuais ou coletivas (associações, saraus, coletivos de arte, etc.).

Com isso, a política é uma ação que diz respeito às motivações instrumentais, que são da ordem das reivindicações, das lutas por direitos e reconhecimento público, mas se desenvolve, também, na esfera das relações interpessoais, simbólicas e afetivas, que dizem respeito aos sujeitos da ação. Isso não significa que a ação política se desenvolva na esfera privada, mas permite compreender que a política comporta uma dimensão que se processa na esfera das relações de solidariedade, do encontro entre os pares e da troca intersubjetiva.

Ao discutir os movimentos sociais no mundo pós-industrial Mellucci (2001) observa que não há apenas uma lógica para a ação coletiva, mas que esta se desenvolve por meio de múltiplas motivações. O autor observa que “a luta tem sempre, também, objetivos instrumentais, mas em primeiro plano está o reforço da solidariedade do grupo, a busca da troca simbólica e afetiva” (p. 84).

Seguindo as reflexões de Mellucci, pode-se pensar que são pelo menos duas as dimensões que podem promover a participação na vida associativa: uma que tem um caráter eminentemente público e diz respeito à esfera das lutas coletivas e outra que passa pelas idiosincrasias e experiências de trocas simbólicas entre

os atores. É no intercâmbio e na interpenetração dessas esferas da vida que se constituem a participação e as práticas associativas dos membros das associações. Assim, é na dimensão das relações intersubjetivas, no espaço conferido à socialidade, às trocas simbólicas entre os diferentes atores, que se constituem os espaços associativos enquanto esferas da vida pública. Esses “entre-lugares” dos quais fala Bhabha (2005) podem vir a ser promotores de novas subjetividades políticas.

A perspectiva sociológica desenvolvida por Melucci aponta a necessidade de se tomar a experiência e a capacidade reflexiva dos atores como fatores determinantes para o entendimento da ação coletiva. Segundo o autor, deve-se compreender que a ação coletiva “está estreitamente entrelaçada com a vida cotidiana e com a experiência individual” (2001, p. 28). Tratando-se, portanto, de se perceber as capacidades reflexivas dos atores no desenvolvimento de sua ação coletiva, bem como de suas escolhas e orientações políticas. De acordo com Melucci, “A ação humana é um comportamento finalizado capaz de reflexividade, isto é, capaz de produzir a própria orientação e de reconhecê-la” (p. 49). Esta capacidade reflexiva é a própria experiência do processo de subjetivação no qual os indivíduos estão inseridos quando executam, reconhecem e refletem sobre determinadas ações coletivas.

Partindo dessas referências, compreendo os espaços associativos como lugares de práticas políticas, espaços de elaboração da partilha do sensível, implicando em uma posição que visa “investigar os fenômenos relacionados àquilo que ‘do ponto de vista nativo’ é considerado como política” (GOLDMAN, 2006). Não se trata, no entanto, de buscar uma definição nativa em abstrato sobre a política. A perspectiva que se persegue é a de tomar a ação coletiva e a política como uma prática e como tal passível de ser observada etnograficamente.

Como observa Goldman (2006, p. 41) “abordar a política ‘do ponto de vista nativo’ não significa ficar aprisionado nas elabo-

rações locais, mas produzir teorias etnográficas” que tenham como primeiro ponto “livrar-se das questões extrínsecas colocadas, seja por reformadores sociais, seja por revolucionários ou cientistas políticos”. Outro ponto é que “do ponto de vista nativo’, aquilo que pode ser definido como política está sempre em relação com o restante das experiências vividas pelos agentes, o que evita a tentação da substancialização e literalização do político”. Dentro dessa proposta, o autor aponta a necessidade de se “evitar o uso normativo ou impositivo de categorias, projetando sobre os contextos estudados questões que não são a eles pertinentes. Nosso problema é de tradução, não de imposição”, alerta o antropólogo. Por fim, dentro desse programa de pesquisa proposto pelo autor “uma antropologia da política deve evitar cuidadosamente as abordagens efetuadas em termos negativos – aquelas que privilegiam as faltas, ausências, ideologias e manipulações” (2006, p. 41).⁶

Seguindo essas sugestões, penso que ao me propor a fazer uma etnografia da vida associativa e sobre a ação coletiva, estou pesquisando as práticas políticas dos grupos das periferias, tendo em vista que à política que eles se referem quando atuam na esfera pública. As relações entre a política e a vida associativa se estabelecem pela própria classificação nativa, pois os membros das diferentes associações reconhecem suas entidades como associações políticas no sentido de serem constituídas para atuar dentro do universo da política, sendo este compreendido como um espaço que comporta lutas por direitos, relações com parlamentares e ações junto à população. Ao mesmo tempo, essas associações podem constituir-se como espaços de encontros da

6 Dentro do campo da antropologia há um gama de estudos que focam o estudo da política abordando prioritariamente as relações que os cidadãos estabelecem com algumas dimensões institucionais do jogo político como as eleições, as candidaturas, o poder legislativo, etc. Boa parte dessa produção antropológica está associada ao Núcleo de Antropologia da Política (NuAP), fundado por pesquisadores de diversos estados e universidades brasileiras. Entre os trabalhos desenvolvidos por esse grupo pode-se citar: Kuschnir, 2000; Peirano, 2001; Comerford, 2003; Palmeira & Heredia, 2010; entre outros.

população local para usufruir da convivência, vivenciar momentos de lazer e fruição.

Tomando como referência os termos de Negt & Kluge (1999) pode-se compreender que a ação coletiva desenvolvida pelos membros dos espaços associativos se inscreve no universo político por extrapolar a dimensão privada de suas necessidades e atuarem no cenário público. Embora essas ações se desenrolem, muitas vezes, circunscritas ao bairro, pode-se dizer que elas promovem a generalização de suas questões, rompem o estritamente individual e tomam a forma de expressão pública. Devido a essas características, de certo modo genéricas, as associações se inscrevem como espaços constitutivos do universo político.

Ao propor uma etnografia da vida associativa Cefaï (2011) especifica as características que podem ser encontradas nas associações. O autor afirma que estas são organizações compósitas que comportam ao menos três características: são agências de trabalho social, pois realizam tarefas de informação aos moradores sobre seus direitos; são organizações que atuam no mundo político, uma vez que se relacionam com diferentes instâncias no encaminhamento de suas reivindicações traduzindo e articulando-se com os termos da gramática própria do universo político; e são entidades de pesquisa social, pois realizam uma verdadeira cartografia dos problemas a serem resolvidos. Em vista dessas características, o autor afirma que “a política local não se deixa compreender senão no seu local concreto, com seus parâmetros sociais, espaciais e temporais” (p. 100).

Corroborando com a perspectiva de um olhar “de perto e de dentro” (MAGNANI, 2002) sobre as práticas associativas com ênfase nos aspectos situacionais, uma antropologia da política visa captar nas diferentes situações as leituras e os arranjos políticos que os indivíduos estabelecem de acordo com seus objetivos e interesses.

Segundo Van Velsen, a análise situacional é “um novo meio de estudos que se impõe (...), pois as normas, as regras gerais de conduta, são traduzidas na prática (e) são, em última instância, manipuladas por indivíduos em situações particulares a fim de servir a fins particulares”. O autor sugere, ainda, que “como método de integrar variações, exceções e acidentes nas descrições das regularidades, a análise situacional, com ênfase no processo, pode ser, portanto, particularmente apropriada para o estudo de sociedades instáveis e não homogêneas” (2009, p. 459).

Agier (2011) afirma a importância de se articular o situacional ao contexto no intuito de se obter certo nível de compreensão do fenômeno estudado. Segundo o autor:

O que procuro é, precisamente, apreender o sentido no contexto cultural, histórico, sociológico, local, etc. da situação. O que é interessante na situação é conseguir mostrar em que o contexto é inerente à situação; é estabelecendo a relação situação-contexto que se pode atingir certo nível de compreensão (p. 57).

Ao discutir a relação entre situação e contexto, o autor afirma que “não se vê nunca a cidade, apenas se veem situações que se passam na cidade”. Do mesmo modo, parodiando sua afirmação, eu diria que não se vê a política, mas situações nas quais os atores agem mobilizados por princípios, práticas, objetivos e efeitos de política mediados por sua própria tradução dos fenômenos e contextos sociais.

A cidade, suas periferias e as diversas formas de vida associativa são contextos privilegiados de investigação política devido às multifacetadas possibilidades que a vida urbana oferece aos atores sociais. Tomando o terreno imediato das relações políticas, observa-se que (...) é a cidade que oferece o espaço no qual identidades emergentes e novos movimentos sociais do povo são encenados. É lá que, em nosso tempo, a perplexidade dos vivos é mais intensamente experimentada (BHABHA, 2005, pp. 237-8).

Segundo Agier (2011) pode-se dizer que a cidade e suas periferias se constituem a partir de processos de lutas políticas, resistências e conflitos que permeiam a experiência e o modo de vida de seus moradores. Desse modo, entendo que não se pode falar da cidade e suas periferias como uma totalidade definida, mas como um código-território em constante construção. Uma das dimensões constitutivas do processo de construção das cidades está presente nas diferentes formas pelas quais se faz a política, mas não apenas o da política em abstrato, mas sim aquela que se realiza no âmbito das relações sociais que se travam nos territórios e nos diferentes espaços públicos que compõem a cidade. Segundo o autor:

(...) o laço político é ainda uma outra maneira de fazer cidade, quando os atores aparecem e as pessoas, através da mediação desses atores, artistas ou líderes, se identificam com um conjunto, um coletivo, “uma comunidade” mais ou menos imaginária. É por isso que, na minha opinião, falar de uma antropologia da cidade é falar de tudo aquilo que faz a cidade. Apesar de não conseguir apreender a cidade, como uma totalidade (AGIER, 2011, p. 56).

As associações são espaços de desenvolvimento da ação coletiva e de práticas políticas relacionadas às situações e aos contextos sociais específicos. Nelas se vivenciam processos de socialização por meio da transmissão dos saberes acumulados na luta política, experimentam-se relações de sociabilidade, nas quais se processam os encontros e a convivência intra e intergeracional, nelas também ocorrem a elaboração e execução de projetos,⁷ tanto individuais como coletivos. A experiência associativa perpassa a vida dos participantes de maneira transversal constituindo-se, também, como um elemento de socialidade. Evoca a história particular da constituição daquele espaço e do possível e provável diálogo com o histórico do bairro e dos movimentos sociais da cidade.

7 Velho (2004) discute a noção de projeto e campos de possibilidade.

Tempos e percepções da política

Compreendo que o mundo da política é multifacetado e polissêmico, sendo que a vida associativa é uma expressão dentro desse universo. Sua expressão pode sinalizar linhas de fuga daquelas concepções binárias que dividem a política entre a macropolítica e a micropolítica. Seguindo Deleuze (1996, p. 90) entendo que "tudo é política, mas toda política é ao mesmo tempo *macropolítica* e *micropolítica*". A frase pode ser polêmica e apontar certa contrariedade com os termos do tópico anterior. No entanto, essa concepção sinaliza que essas dimensões do político não são realidades apartadas na vida social. Pelo contrário, são atividades que se comunicam em um jogo complexo de complementaridade, envolvendo aproximação e distanciamento, fato observável pelos dados da etnografia.

A partir de minha pesquisa de campo, pude observar que as associações apresentam características múltiplas e ambivalentes quanto ao tipo de ação. Desse modo, os tipos de atividades desenvolvidas pelos participantes podem transitar por ações assistenciais, de lazer ou voltadas para o ativismo, seguindo a tipologia observada por Eliapsoph (2010). Ao realizar um trabalho de pesquisa acerca da vida associativa envolvendo um grupo de pesquisadores em diferentes campos empíricos no Brasil e na França, o sociólogo Daniel Cefaï observa que as associações são

constituídas por "contextos ambíguos", nos quais a especificação das identidades e das responsabilidades, das alianças e dos conflitos, de projetos a realizar e de procedimentos a seguir é uma fonte de perplexidade, como dizia Jane Addams, tanto para os atores como para os observadores (CEFAÏ, 2011, p. 31).

Em minha pesquisa me detive no universo de interações políticas determinado pelas minhas escolhas etnográficas que abarcavam uma parte da experiência associativa de uma parcela

da população das periferias. Neste trabalho concentrei-me nas associações em que a atividade política ganhava alguma relevância a partir das manifestações dos participantes. Ao mesmo tempo, observei que esses espaços desenvolviam atividades de lazer, lúdicas e assistenciais que perpassam transversalmente o universo da ação política. Nas associações que observei percebi que a ação coletiva de militantes ou moradores se desenvolve, também, em torno de processos menos objetivos ou de formatos que abarcam as dimensões afetivas e existenciais da vida de cada um. Essas dimensões afetivas e existenciais podem ser compreendidas tanto no que concerne aos contextos de identificação dos moradores com questões relacionadas ao bairro, a alguma liderança ou políticos na busca por apoios e votos, como nas dimensões mais íntimas daqueles que se envolvem com a política e a militância, vivenciando em sua experiência os encontros e desencontros da participação na vida associativa.

Nesse processo de identificação sobressaem algumas classificações nativas que criam segmentações baseadas no tipo de participação, sobretudo o tempo dedicado às práticas políticas. Essas segmentações são articuladas às características do espaço associativo frequentado pelo morador e às conexões dos atores para além do ambiente das associações. Nas associações Mulheres na Luta e São José Operário observa-se uma maior identificação por meio do termo “militante”, cujo significado subentende uma maior participação nas dinâmicas associativas e um comprometimento muitas vezes exclusivo com as ações políticas dos espaços. “Quando eu conheci a associação eu vinha só de vez em quando. Aí eu fui me envolvendo nas discussões e comecei a ficar mais na casa, a participar mais das coisas, tipo militante mesmo” (MARIANA, 26/AML).

“Nós temos vários militantes que se dedicam ao trabalho de base e que estão aqui no bairro pra fazer esse trabalho” (Isaías, 38/SSJO). Nos encontros realizados com públicos externos à Associação Mulheres na Luta que eu acompanhei, Antônio (29/

AML) e outros participantes jovens foram apresentados como "o nosso militante" ou "ele/ela é o/a militante que está representando a associação".

Na Associação da Vila Zita, o termo militante inexistia enquanto vocábulo de identificação entre seus participantes, imperando a categoria "membros da associação" para aqueles com presença assídua, e participantes para aqueles que apenas vão às reuniões mensais da entidade. "Tem que participar das reuniões. Se não participar não pode exigir nada depois. Esse pessoal que você vê aqui, eles vêm em todas as reuniões, mas não tão no dia a dia da associação", diz Durval, o diretor da entidade.

Na Associação da Vila Conceição apenas durante o período em que aconteceu um sarau promovido por jovens da Associação Mulheres na Luta e que não tinha relações orgânicas com aquele espaço, podia se observar pessoas que se autodenominavam militantes atuando na associação. Aqueles que se dedicam à Associação Vila Conceição não fazem uso do termo "militante" e a mesma ausência se percebe para os termos "membros" e "participantes", uma vez que a associação é comandada por um pequeno grupo. A participação dos moradores nessa associação se dá apenas nas festas e comemorações, não adentrando as esferas de decisão do grupo que a comanda.

No Sarau do Alfredo não se observa a presença de pessoas que sejam "militantes do sarau", mas percebe-se a frequência de militantes de diversos movimentos sociais e partidos aos quais sempre é dada a palavra. No sarau encontra-se um número expressivo de participantes habituais e muitos eventuais, mas sem compromisso com sua organização. Estes militantes são apenas o público do sarau.

No circuito etnográfico no qual realizei minha pesquisa, essas categorias – militante, membro e participante – compõem um conjunto de termos que imprime inteligibilidade para os tipos

de relação estabelecida pelos diferentes atores nos espaços associativos.

O primeiro elemento de distinção facilmente perceptível no concernente à ação coletiva é que os militantes e os membros das associações afirmam sua ação como uma prática política, como fora observado. Os membros e militantes das associações articulam as demandas pela solução dos problemas e carências observadas no bairro. Contudo, apenas os militantes em algumas situações articulam essa ação com um desejo por mudanças de ordem estrutural, propugnado, principalmente, no caso dos jovens militantes, por jargões acerca da “transformação revolucionária da sociedade”.

A participação nas associações não é um dado extemporâneo para uma parte dos militantes, que veem seu envolvimento nas associações como uma decisão de ordem política constitutiva de um *projeto*.

Foi assim que eu fui me envolvendo. Desde bem nova. Eu participava da pastoral da juventude e depois fui estudando e me envolvendo mais e mais com os problemas da região. Isso eu entendo como política. Toda prática que busca a transformação acaba sendo uma prática política. Estamos a todo tempo fazendo política, buscando política, seja na minha prática social, educacional, cultural. O tempo todo estamos fazendo política. É nisso que eu acredito, na política para a transformação (Mariana, 26/AML).

Essa percepção de que se está o tempo todo fazendo política também foi manifestada por Durval, membro da Associação Vila Zita, ao dizer que “não tem jeito, a gente tá fazendo política a toda hora”. Essas manifestações sinalizam que a compreensão da atividade política é ampliada para diferentes práticas que envolvem desde as esferas estritamente do mundo da política institucional, mas, também, de sua atuação nas associações, na vida comunitária, nos espaços de participação institucional.

Observa-se que a percepção das carências do bairro leva algumas pessoas à militância e à participação nas associações em busca de seus direitos, fato observado por Duhram nos movimentos sociais dos anos 1970/80. Com o mesmo sentido observado naqueles anos, militantes envolvidos nas associações São José Operário e Mulheres na Luta expressam a necessidade da ação coletiva. Assim, Márcia (25/AML) diz: "Eu acho que isso vem da realidade, da própria realidade, porque tem muita coisa que a gente precisa melhorar e que não conseguiria fazer se não fosse dessa forma coletiva, envolvendo muita gente, né"?

No mesmo sentido, Bruno (28/AVC) articula a ação coletiva, sua prática política e o ambiente do bairro para explicar sua participação nas associações e seu envolvimento nos saraus da periferia.

O bairro é isso que a gente vê. Falta muita coisa, principalmente na cultura. Tem muita violência ainda, mas o principal é a falta de educação e cultura. É por isso que a gente atua nessa área. E é por isso que lhe digo que a política que a gente faz é uma consequência da vida que a gente leva na quebrada.

Nas próximas linhas pretendo mostrar que a vida associativa apresenta muitos matizes e, também, é regida por efeitos de diferentes temporalidades políticas e sociais. A participação nos espaços associativos se processa por interesses particulares seja de ordem afetiva ou reivindicação pontual, e, também, por opção de luta política no sentido ontológico de mudança social. Contudo, para os diferentes militantes, a ação coletiva perpassa suas vidas como uma atividade transversal, afetando sua experiência tanto coletiva como individual.

Política e política: divergências e confluências

A vida associativa das camadas populares tem suas dinâmicas orientadas por atividades rotineiras que se desenvolvem no cotidiano da vida nos bairros. Essas atividades de militância são reconhecidas como “trabalho de formiguinha, que leva tempo para surtir algum efeito”, como expressa Dona Célia, diretora da Associação Mulheres na Luta. A percepção desse trabalho como uma atividade persistente, apesar das inúmeras dificuldades “que exige certo desprendimento e envolvimento com problemas alheios” (Dalva, 39/SSJO) caracterizam a luta. Vocábulo repetido em diferentes contextos nos quais se desenvolve alguma atividade no bairro. Essas atividades podem ser a realização de cursos de formação política, reuniões de avaliação ou encaminhamento de demandas, encontros para fruição e lazer etc. Esse trabalho apresenta nuances dependendo da associação na qual é realizado, contudo, há uma tendência por parte dos moradores que experimentam a vida associativa a compreendê-lo como uma atividade política. Essa atividade é colocada em contraponto àquela desenvolvida pelos políticos profissionais, sejam candidatos ou parlamentares eleitos. De certa forma, essa maneira de abordar a ação política de base é uma reiteração das concepções políticas que orientaram os movimentos populares dos anos 1970, segundo pode-se observar nos estudos dedicados ao tema (BOSCHI, 1983, 1987; CALDEIRA, 1984). Portanto, observa-se uma linha de continuidade entre as perspectivas apontadas aqui e as dos moradores da periferia daqueles anos.

Esse contraponto aparente entre duas concepções de política encontra sua expressão nas observações dos atores que distinguem duas formas de se pensar e de fazer política. Há uma política que está relacionada às esferas das ações que se dão no âmbito do aparelho do Estado e está relacionada, sobretudo, à dimensão da vida social compreendida como *o sistema político*. Essa política diz respeito à dimensão do jogo político institucional e está relacionada à vida partidária, às disputas eleitorais e ao calendário das eleições.

Essas diferentes esferas do sistema político muitas vezes são qualificadas como algo que atravessa e, de certo modo, cria injunções desnecessárias e constrangimentos para a agenda de trabalho e mobilização das associações. Em relação a essa política institucional, parte dos militantes manifesta certo contragosto, embora exerçam atividades, alianças e compromissos com os participantes desse universo. A essa esfera da política eu denomino, apenas para efeitos de diferenciação e não acarretando nenhum juízo de valor, de Política com "p" maiúsculo.

Há uma segunda compreensão nativa da política expressa nas práticas, falas e representações dos militantes acerca do universo da política. Esta alude às lutas cotidianas que se desenvolvem no bairro ou nos movimentos sociais por meio da ação dos militantes, em suas disputas internas ou com outros grupos ligados à luta e às suas práticas de ação coletiva. A essa compreensão do universo da política, eu denomino, neste texto, como a política com "p" minúsculo. Esta denominação adotada pelos militantes para a ação coletiva se aproxima da designação de *política de base*, expressa pelos militantes segundo Boschi (1987) em contraponto à política institucional. Tomando como referência as expressões nativas acerca do universo político, eu adoto, neste tópico, o termo política para me referir às ações impetradas pelos moradores no bairro. Embora esta nomenclatura possa apresentar do ponto de vista textual certa indistinção com a Política, acredito que ao adotar o termo nativo eu confiro maior fidelidade à percepção dos moradores sobre este universo. Essa relativa aproximação entre a política e a Política pode ser um recurso importante para se compreender a ação coletiva desses grupos que, ao expressarem o termo política, criam certa dubiedade e ambivalência quanto ao lugar que ocupam dentro do universo da política. Cabendo, assim, ao interlocutor deve traduzir o termo de acordo com a situação em que ele é verbalizado.

Os atores estabelecem esses dois momentos da política sem compreendê-los como instâncias isoladas, realidades fechadas

e excludentes. Pelo contrário, entendem que são dois tempos da política e que esses tempos podem se encontrar conformando um único contexto. Sendo assim, os moradores atuam nos espaços associativos distinguindo esses dois momentos do universo da política, mas compreendendo-os como temporalidades que estão em interação constante e se influenciam mutuamente. De certa forma, essa maneira de discriminar o universo político é um recurso classificatório para o desenvolvimento da ação coletiva. Apenas para efeito de entendimento e de organização da ação coletiva os militantes estabelecem essas distinções entre os dois tempos da política. Isso significa que para os militantes há certa diluição das fronteiras entre as diferentes instâncias do campo da política e que sua ação coletiva é um elemento constitutivo do jogo da política.

A percepção de um tempo da política fora observada por Palmeira e Heredia (1993, 1995, 1997) em pesquisas centradas nos momentos eleitorais. Os autores designam por tempo da política os períodos em que a população percebe a injunção da política (com “p” maiúsculo) e dos políticos na vida cotidiana de suas cidades. A distinção, que me parece importante apontar entre essas pesquisas e a que venho realizando nas periferias da cidade de São Paulo, é que nos espaços associativos por mim observados a ação coletiva e a vida associativa também são compreendidas como um tempo da política, porém de outra ordem. E que não há sobreposição da política sobre o cotidiano dos moradores, mas duas “formas de se fazer a política” que estão em diálogo e intercâmbio.

Todavia, esse mesmo elemento de injunção da política e dos políticos na vida social percebida por Palmeira e Heredia se faz presente entre os militantes das associações da periferia de São Paulo. De acordo com o calendário eleitoral ou a proximidade do dia das eleições se estabelece uma valoração quanto à importância maior ou menor dessas duas dimensões da política. As manifestações dos militantes permitem perceber que, durante o

período eleitoral, a Política cria injunções sobre a política, limitando a ação coletiva nas associações, redefinindo sua agenda e sua dinâmica de reuniões e ações no bairro. As ações desenvolvidas nas associações acabam por se voltar para o tempo da Política, um tempo passageiro e fugaz, diferente da temporalidade da política realizada pelos militantes no dia a dia.

Durante meu período de pesquisa de campo eu pude acompanhar as reuniões organizadas pelo Movimento de Transportes da região. Trata-se de um movimento que tem como pauta as melhorias no transporte público. Embora seja organizado pela Sociedade São José Operário, dele participam diferentes forças políticas abrangendo distintos espectros ideológicos. Sempre às voltas com as disputas entre grupos políticos rivais pela hegemonia no interior do movimento, eu pude observar que a proximidade das eleições de 2012 introduzia um componente de dificuldade para a organização. O problema para esses atores era exatamente a proximidade das eleições, as exigências do calendário eleitoral sobre os diferentes militantes das forças políticas presentes e a possível contaminação que isso geraria sobre a organização do movimento no sentido de criar dificuldades para a mobilização daqueles que apenas participam das reuniões. Por outro lado, a divisão dos militantes por diferentes conexões políticas, desde sempre presente no movimento, se acirrava nesse momento e poderia criar dificuldades para a unidade de ação em torno da melhoria do serviço de transporte. Ao acompanhar uma reunião desse movimento na Sociedade São José Operário eu observei que vários participantes expressavam sua preocupação em relação à mobilização dos moradores.

– O prazo para a gente fazer alguma manifestação e mobilizar a população tá muito curto. Daqui a pouco começa a campanha eleitoral e a gente não consegue mais mobilizar ninguém (Arlete, 38/SSJO).

– Como assim não conseguem mobilizar ninguém?

– O pessoal vai ver tudo como Política. Vai ligar tudo a candidato.

– E isso é ruim?

– Ah, não precisa nem ter candidato envolvido, se o pessoal imaginar que tem político no meio, aí sim que eles não saem pra rua.

A despeito das dúvidas da militante, um segundo encontro do movimento de transportes foi organizado em outro local. Nesse encontro, outros grupos se somaram aos que foram ao encontro anterior. Havia três agrupamentos presentes: um ligado à igreja católica, representado majoritariamente pelos militantes da Sociedade São José Operário; outro, reunindo militantes de partidos do espectro das esquerdas e do movimento por moradia da região (estes não faziam parte dos grupos que eu estava acompanhando); e um grupo representado por pessoas vinculadas ao vereador Antunes. Mais uma vez eu pude observar essa relação entre os diferentes tempos da política. Contudo, desta feita, as manifestações dos militantes expressando seus vínculos com os partidos e candidatos foram mais contundentes. Alguns militantes chegaram a tirar o microfone das mãos de outros oradores em declarada hostilidade. Participantes vinculados aos grupos e partidos à esquerda do espectro político tentaram inviabilizar o encontro aos gritos. Militantes e cabos eleitorais de políticos de todos os matizes ideológicos disputavam a palavra, tornando o encontro uma cacofonia de propostas ininteligíveis. Durante o transcorrer da reunião, as ações dos diferentes grupos estiveram, por vários momentos, questionadas “devido à campanha político-eleitoral. Olha só, o Antunes manda esse pessoal pra ser massa de manobra e eles entram de gaiatos. Nem sabem do que se trata”, me disse Marcelo (28/SSJO). Invariavelmente, as manifestações de um e outro grupo eram desacreditadas pelos opositores como resultado dos interesses dos candidatos ou dos partidos políticos identificados naquela pessoa ou em sua fala.

A reunião não surtiu efeitos de mobilização e acabou sem encaminhamentos propositivos ou de ordem prática. Segundo ouvi de um militante ligado à igreja católica, referindo-se ao grupo de

militantes ligado ao campo das esquerdas, "esse pessoal só veio pra tumultuar. Eles querem criar confusão para promover o candidato deles" (Marta, 48/SSJO). Outro ainda me disse que "daqui não vai sair nada. Esse pessoal tá fazendo isso só pra aparecer pro povo que tá aqui. Enquanto não passar essa eleição vai ser isso aí. Vai ser difícil construir uma unidade" (Marcelo, 28 SSJO).

O universo da Política é percebido recorrentemente pelo senso comum como um ambiente permeado por práticas escusas e reincidentes episódios de corrupção. Essa percepção vem acentuando certa desconfiança em relação a candidatos e parlamentares que redundam em perceptível diminuição da legitimidade dos políticos tidos como profissionais. Adriana (24/SSJO), outra militante, expressa suas percepções sobre as diferenças entre a política institucional e as ações desenvolvidas no bairro dizendo o seguinte:

Toda vez que eu penso, que eu atuo, eu estou buscando algo melhor para todos. Estou fazendo uma política que vai beneficiar o bem comum. Todos nós buscando algo que vai melhorar aquela escola, aquela região, que vai ser bom pra todo mundo. Quando eu penso na política partidária eu enxergo muitas vezes só interesse de algumas pessoas que querem ganhar dinheiro, corrupção, todas essas coisas assim.

O fato de essa mesma percepção ser expressa, sem distinções de partidos e denominações ideológicas, pelos militantes do bairro, introduz um recorte que destaca a importância da compreensão da ótica dos militantes sobre essas diferentes instâncias da política no sentido de se compreender essas duas esferas do universo político.

A ação coletiva dos moradores das periferias caracteriza-se por ser um trabalho constante, rotineiro e persistente. Os próprios atores dos diferentes espaços associativos valorizam essa ação exercida em torno de suas reivindicações ou no bairro entendi-

do como um trabalho “que a gente faz no dia a dia, um trabalho que exige da gente tempo e paciência”. Praticando essa maneira de “fazer política”, os diferentes militantes procuram estabelecer certas distinções em relação à política institucional, a política com P, ou dos políticos, denominação carregada de tom pejorativo. Mais uma vez pode se observar esse fato na fala de um jovem militante que atua junto aos grupos juvenis da igreja católica:

Todos nós somos políticos, todos nós defendemos algum ideal. Isso é ser político. Acredito que minha arte ou a arte que eu professo seja política porque, na verdade, ela levanta questões, ela tem um sentido positivo da palavra. Agora eu não acredito que hoje deve se usar esses elementos e principalmente a arte como uma forma de ajudar a política partidária ou para eleger alguém x ou y. Eu acredito que sirva para conscientizar a população ainda mais em ano eleitoral. Tipo, olha vamos prestar mais atenção e vamos tentar ler um pouco vamos entender cada função da política (Henrique, 26/SSJO).

A atividade político-partidária-eleitoral é simbolizada com desconfiança e até mesmo como uma intromissão que cria constrangimentos para a mobilização popular. De modo geral, a presença ou a ação dos políticos introduz elementos que podem poluir (Douglas, 1976) o ambiente ao inserir componentes externos à política do dia a dia, vivenciada pelos laços mais estreitos que incluem relações de solidariedade e de amizade no interior dos grupos. Assim, a presença de elementos da Política, que introduz o conflito e as oposições, exige dos membros dos espaços associativos o estabelecimento de algum grau de diferença e segmentação desta com a política.

Então, na verdade, eu tento dissociar o que eu faço de parte da política porque hoje é muito fácil alguém manipular as informações. Por exemplo: se hoje eu estiver fazendo um teatro e tiver um candidato, ele pode vincular minha mili-

tância com a campanha dele. Eu busco no máximo acompanhar o debate, escutar os candidatos, mas não quero o que eu faço ligado a eles. Eu nunca vou entrar com a minha arte, com o meu teatro, onde tem um candidato (Henrique).

Embora todos os grupos apresentem relações com políticos e partidos, muitos militantes e membros de associações procuram evitar ser confundidos com os políticos que transitam pelo território ou que tenham sua base eleitoral na região. Assim, os militantes rechaçam o jogo institucional da política, não se dispondo a participar diretamente ou colaborar com os candidatos. Eles enfatizam que rechaçar as práticas vigentes no jogo político partidário é um ato político. Ou seja, não se trata de gesto nihilista, de uma descrença irrefletida, mas de uma postura e opção dentro do universo da política.

Eu acho que é uma coisa assim, um ato político, porque a gente não tem que ir por esse caminho de ter uma posição político-partidária. O importante é que a gente tenha uma ação realmente que vai fomentar outras coisas maiores. Eu falo de mudanças sociais que acontecem através da arte, da educação. Pras pessoas se ligarem em toda a sacanagem. Então eu acho que é uma ação política. Que a gente tem uma postura política assim de não aceitar essas coisas (Márcia, 25/AML).

Ao mesmo tempo em que se observa uma atitude de reserva em relação à política institucional, evidencia-se a valorização da ação coletiva dos grupos militantes e das práticas desenvolvidas nas associações. Essa valorização da vida associativa é manifestada pelos diferentes membros de associações como uma importante moeda política. Assim, quando se estabelecem relações entre os diferentes universos da política, os militantes se posicionam como sujeitos políticos proponentes de alternativas para seus bairros. Ao estabelecer relações dentro da esfera da política institucional, quando o tempo da Política se sobrepõe àquele tempo da política de base, nas diferentes associações se desenvolve um jogo de astúcia que implica, muitas vezes, ence-

nar uma sobre valorização do papel e da capacidade de mobilização desses espaços, sugerindo-se que essas entidades podem dispensar a intermediação dos políticos profissionais. “Nós não precisamos dos políticos, eles é que precisam da gente”, diz Mauro (24, AML) em um lance de valorização de sua prática política. Mais uma vez observam-se traços reveladores de uma percepção da política e sua prática em continuidade com os anos 1970.

Esse movimento de contestação e de segmentação do campo da política não elimina as ações de aproximação entre a política e a Política. São tempos de mediações e intermediações entre os espaços associativos e os políticos, seja pela conquista de benfeitorias ou recursos, mas também dentro do tempo eleitoral no qual os militantes, membros e participantes das associações se transformam em cabos eleitorais e, em alguma medida, por sua vez, tomam alguma distância do trabalho voltado para a organização da vida associativa no bairro, caracterizando certa ambivalência nas práticas e percepções da política. “E difícil separar as coisas, mas a gente tem que separar. Porque uma coisa é o partido, outra é o movimento. A gente não pode esquecer que a nossa luta é aqui, mas quando chega a campanha não tem como não se envolver” (Arlete, 38/ASJO). Quase com o mesmo sentido, Antônio (29/AML) diz: “O partido é importante, só que nenhum faz trabalho de base. Eu prefiro o trabalho de base porque os partidos, mesmo o meu, só chegam aqui pra ver o trabalho da gente quando chega a eleição. Claro que eu não vou questionar isso agora, mas não dá pra não ver isso” (Antônio, 29/AML).

Essa característica ambivalente da ação coletiva dos grupos populares fica evidenciada também na afirmação de Durval (58/UCVZ) cuja vinculação política está estabelecida a um espectro ideológico completamente diferente dos anteriores. Ligado a um político cujas práticas remontam à democracia populista, ele se dirige aos participantes de uma reunião em sua entidade dizendo: “A associação é nossa. É fruto da nossa luta. Então, a associação é do povo. Não tem essa de vereador vir aqui querer deitar

no nosso trabalho". O líder comunitário enfatiza sua independência diante de um político com forte inserção no bairro com o qual ele tem uma relação de lealdade e trabalha nos tempos das eleições. "Agora, quando chegarem as eleições é outra coisa. Aí cada um vai trabalhar pro candidato que escolher. Ninguém pode dizer com quem a pessoa vai trabalhar ou não".

Os militantes não só escolhem seus candidatos baseados em seus critérios, mas se articulam na defesa de seus interesses com vistas a se aproximar daqueles políticos que podem contribuir para a solução ou atendimento de suas demandas. Assim, as diferentes temporalidades do universo da política se mesclam e se influenciam mutuamente. Mesmo quando militantes e políticos se encontram em campos distintos do espectro político ideológico, como é o caso, por exemplo, de Antônio (29/AML), que admite a necessidade de se conversar com Marcos Paulo, vereador do campo conservador cuja base eleitoral é o bairro onde atuam os militantes da Associação Mulheres na Luta.

Ele também não chegou lá do nada, entende? Tiveram situações que levaram ele até lá, mano. Aí é ele que tá lá e é com ele que nós temos que negociar. Então, não adianta mais nós fugirmos, não adianta nós não conversarmos com o Marcos Paulo. Nós temos que conversar com ele agora. Isso não quer dizer que a gente vai perder nossa autonomia, nossa postura de esquerda.

Na Associação Vila Conceição ou na Associação Vila Zita a conexão com os políticos locais em busca de benefícios e recursos é muito valorizada e requerida por seus membros. No período em que os assessores do vereador Antunes se aproximaram de sua associação, Carlos (32/AVC) declarou: "Tinha que ter um político que pudesse desenrolar isso pra gente. Aí chegou esse pessoal aí. Acho que agora vai, porque ele já prometeu o campo, já fez a lei. Agora vai".

O fato de se aproximarem dos políticos não possibilita atestar que as relações de compromisso e lealdade políticas sejam invariáveis e dadas *a priori* mesmo em contextos marcados pelo predomínio de políticos caracterizados como clientelistas. Trata-se, em suma, de jogar no universo da política. O estabelecimento de distinções e de diferentes temporalidades no universo da política permite valorar o trabalho de base. Daí o empenho em se diferenciar, embora todos tenham suas conexões políticas com partidos ou candidatos. Há certa astúcia por parte dos militantes e demais membros das associações que, embora enfatizem as diferentes temporalidades da política, o fazem compreendendo que essas dimensões se interpenetram por meio de suas próprias associações. No entanto, ao estabelecer essas dimensões, aqueles que participam dos espaços associativos demonstram a especificidade e importância de sua ação no universo da política.

Acompanhando o movimento cíclico da política institucional,⁸ os participantes dos espaços associativos, embora segmentem o universo da política, ora se aproximam, ora se afastam do jogo político em uma espécie de movimento em espiral, para usar uma metáfora. No interior desse movimento de aproximação e distanciamento há, inclusive, momentos de intersecção entre essas duas esferas de prática e percepção da política. Isso equivale a dizer que, embora os militantes classifiquem sua ação coletiva estabelecendo distinções entre os tempos da política institucional e a política feita por eles no bairro, elas não são categorias excludentes e ordenadoras de contextos separados na vida social. Ao contrário, são realidades intercambiáveis e complementares nas ações políticas desenvolvidas pelos atores por mais que os depoimentos e as manifestações expressem o contrário. Fato evidenciado nas filiações ideológicas e partidárias dos membros das diferentes associações, seus compromissos eleitorais e relações com parlamentares.

8 Kuschnir (2000) aponta a característica cíclica do jogo político-eleitoral.

O que se assinala a partir dessas distinções são as formas de ordenar o mundo político entre os diferentes atores que participam das associações e das atividades políticas no bairro. A política institucional se caracteriza pela formalidade e por certo distanciamento cujas dinâmicas se dão em uma esfera específica da vida política, mas, comporta, também, o estabelecimento de alianças e relações de apoio, lealdade e compromisso para com os militantes das associações. Por outro lado, a política no bairro se efetiva por meio da ação coletiva desenvolvida pela participação nas associações e outros espaços associativos. Nestes, embora os conflitos não estejam afastados, a dimensão afetiva estreita os laços sociais por meio da ênfase nas relações de vizinhança, na constituição de laços de amizade e companheirismo.

A observação permite afirmar que os dois tempos da política se reforçam em alguns momentos por meio do estabelecimento de alianças, apoios e compromissos. Em outros contextos se contrapõem pelo jogo complexo no qual a negativa de uma das temporalidades está afastada, pois a dinâmica das relações entre as esferas institucionais e não institucionais, da Política e da política, sempre comporta conjuntamente movimentos de distanciamento, aproximação, recusa e colaboração. Estes aspectos da política podem ser observados como constitutivos do jogo político, no qual os moradores que participam dos espaços associativos estão inseridos e por isso mesmo demarcando espaços e temporalidades políticas.

Referências Bibliográficas

AGIER, Michel. **A antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

ARENDT, Hanna. **Homens em tempos sombrios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **As origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

- ____. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 7 Edição, 2007.
- BARREIRA, Irllys (orgs.), **Como se fazem eleições no Brasil**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, p.243-70.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed; UFMG, 2005.
- BOSCHI, Renato Raul (org.). **Movimentos coletivos no Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- ____. **A arte da associação: política de base e democracia no Brasil**. São Paulo: Vértice, 1987.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **A Política dos Outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1984.
- CEFAÏ, Daniel. **Pourquoi se mobilise-t-on? Les théories de l'action collective**. Paris: La Découverte, 2007.
- CEFAÏ, Daniel et all. **Arenas públicas: por uma etnografia da vida associativa**. Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2011.
- COMENFORD, Jonh. **Reuniões camponesas, sociabilidade e lutas simbólicas**. In: PEIRANO, Mariza (org.). **O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992.
- ____. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 3. São Paulo: Editora 34, 1996.
- DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. **A dinâmica da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- ELIAPSOPH, Nina. **L'évitement du politique : comment les Américans prou-dissent l'apathie dans la vie quotidienne**. Paris: Economica, 2010.
- GOLDMAN, Marcio. **Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política**. Rio de Janeiro: 7letras, 2006.
- GUATTARI, Félix. **A subjetivação subversiva**. Teoria e debate, n. 12, p. 60-65, out./nov./dez. 1990.
- ____. **As três ecologias**. Campinas, SP: Papyrus, 2012.
- GUATTARI, Félix & ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- KUSCHNIR, Karina. **O cotidiano da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

- ____. **Antropologia da política**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2007.
- ____. **Antropologia e política**. Revista Brasileira de Ciências Sociais – Vol. 22 n.º 64.
- ____. **Rituais de comensalidade na política**. In: HEREDIA, Beatriz, TEIXEIRA, Carla e Disponível:<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v22n64/a14v2264.pdf>
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Quando o campo é a cidade: fazendo etnografia na metrópole**. In: Magnani, José Guilherme C. & Torres, Lilian de Lucca (Orgs.) Na Metrópole - Textos de Antropologia Urbana. EDUSP, São Paulo, 1996.
- ____. **O (velho e bom) caderno de campo**. In: Sexta feira n.º 1, São Paulo: 1997.
- ____. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.17 n.º47, Junho/2002.
- MARCUS, George. **Etnography in/of the word system: the emergence of multi sited ethnography**. *Annual Review of anthropology*, Palo Alto, Califórnia, v. 24, 1995 pp.95-117.
- MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**. São Paulo: Editora Vozes, 2001.
- ____. **O jogo do eu: A mudança de si em uma sociedade global**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.
- NEGT, Oscar & KLUGE, Alexander. *O que há de político na política?* São Paulo: Editora da UNESP, 1999.
- PALMEIRA, Moacir & HEREDIA, Beatriz M. Le temps de la politique. *Etudes Rurales*, 31 (132): 73-87, 1993.
- ____. **Os comícios e a política de facções**; Anuário Antropológico, 94:31-93,, 1995.
- ____. **Política ambígua**. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2010.
- PEIRANO, Mariza (org.). **O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**. São Paulo: Editora 34, 1995.
- ____. **Aux bords du politique**. Paris: Gallimard, 1998.
- ____. **A partilha do sensível**. Editora 34: São Paulo, 2005.
- VAN VELSES, Jaap. **A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado**. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

VELHO, Gilberto. **Ideologia e imagem da sociedade. In. A utopia urbana: um estudo de antropologia social.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

Data de Recebimento: 12 de dezembro de 2014

Data de Aprovação: 30 de dezembro de 2014

